

PARANÁ DESEMPENHO MACROECONÔMICO



Este texto apresenta e avalia as novas projeções acerca do comportamento das economias brasileira e paranaense em 1993, revistas a partir de dados quantitativos atualizados de produção agropecuária e industrial e consumo de energia, entre outros itens. Especificamente quanto ao Paraná, os exercícios de previsão realizados passam a incorporar os resultados negativos das lavouras de inverno — consequência das fortes geadas de julho e agosto — e a aceleração econômica vinculada às condições conjunturais favoráveis ao plantio e comercialização da próxima safra de verão.

A economia brasileira contabilizou resultados favoráveis ao longo dos primeiros sete meses de 1993, em que pese a resistência dos elevados e crescentes índices inflacionários aos instrumentos de política econômica utilizados. No balanço positivo sobressaem a continuidade da recuperação produtiva (principalmente do setor industrial), a elevação dos saldos reais, a manutenção dos satisfatórios patamares de reservas internacionais e superávits comerciais e a expansão das receitas fiscais da União.

Na verdade, a surpreendente melhoria dos indicadores que medem diretamente a atividade econômica, num contexto de desequilíbrio orçamentário e financeiro do setor público e inflação alta e ascendente, pode ser imputada à progressiva e generalizada indexação prevalente no País, que ao mesmo tempo preserva e amplia os ganhos dos

agentes econômicos formadores de preços e/ou com poder de mercado e, por incrível que pareça, ainda assegura alguma previsibilidade ao cálculo econômico de curto prazo.

Particularmente no tocante ao patamar de atividades, o IBGE estima crescimento de 5,49% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro semestre de 1993 (tabela 1), comprovando a reversão da tendência de taxa negativa desde o final de 1989 e a continuidade do ciclo de reativação da produção desencadeado em setembro de 1992. Tal crescimento decorre do aquecimento da demanda agregada em resposta ao declínio dos juros reais, liderado pelo produto industrial — predominantemente bens de consumo duráveis (automóveis, produtos eletrônicos e eletrodomésticos) e de bens de capital (ônibus, caminhões e máquinas e implementos para a agricultura) —, produto agrícola e comércio exterior.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL E PARANÁ, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS - 1993

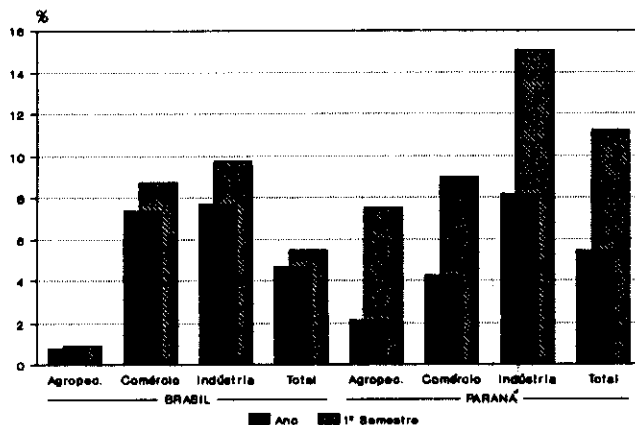
SETORES	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)			
	Brasil		Paraná	
	1º Sem.	Ano ⁽¹⁾	1º Sem.	Ano ⁽²⁾
Agropecuária	0,93	0,80	7,52	2,15
Indústria	9,76	7,70	15,04	8,16
Comércio	8,76	7,40	8,98	4,27
TOTAL	5,49	4,70	11,21	5,44

FONTE: IBGE, IPARDES

(1) Dados estimados pelo IPEA.

(2) Dados estimados pelo IPARDES.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL E PARANÁ, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS - 1993



FONTE: IBGE, IPARDES

O avanço da indústria automobilística e seus efeitos multiplicadores dinâmicos sobre outros segmentos estão intimamente atrelados aos acordos celebrados na câmara setorial — que reduziram a carga tributária das montadoras e estimularam a fabricação e comercialização de veículos populares desde o mês de abril (que passaram a responder por cerca de 22% do faturamento do subsector) — e à característica de ativo real assumida pelos carros num ambiente de incertezas quanto aos ganhos financeiros, em face da escalada dos níveis de preços. Esse último argumento justifica também o desempenho da fabricação dos demais bens duráveis.

O setor agrícola vem alavancando a economia, não pela variação do volume físico produzido mas, essencialmente, em razão do conjunto de condições favoráveis à comercialização (crédito, preço mínimo e cotações internacionais) e expectativas positivas quanto à rentabilidade da próxima safra. A conjugação desses fatores tem propiciado expansão da renda rural e induzido o incremento da compra de insumos e a renovação do sucateado

parque de máquinas e implementos agrícolas do País, sobretudo de colheitadeiras. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), as vendas de máquinas agrícolas destinadas ao mercado interno cresceram 42% entre janeiro e agosto de 1993, contra igual período de 1992.

Quanto ao comércio externo, o período de janeiro a agosto de 1993 registrou tendência de queda do superávit comercial — por conta da diminuição do ritmo de crescimento das exportações (principalmente de industrializados) e da ampliação das importações (sobretudo de bens de capital) —, reflexo da maior abertura comercial (manutenção do ritmo de crescimento da redução tarifária), da expansão da atividade econômica interna e da sobrevalorização da taxa de câmbio (próxima a 15%, acumulada entre agosto de 1992 e junho de 1993).

Essa natureza relativamente abrangente da recuperação conjuntural em 1993 é corroborada pelo resultado positivo registrado por alguns indicadores das diferentes etapas da

cadeia produtiva, como consumo de energia elétrica, produção industrial e faturamento real do comércio.

Entretanto, uma abordagem macroeconômica permite constatar o caráter ainda parcial da presente etapa de reativação dos negócios, sustentada nos componentes comércio exterior e demanda interna, deixando à margem os gastos e investimentos públicos e as inversões privadas. O alargamento do consumo interno esteve basicamente ligado à maior estabilidade do mercado de trabalho, apesar da modesta recuperação constatada nos níveis de emprego, *vis-à-vis* a variação na produção.

Tal aspecto confirma a vulnerabilidade da recuperação, ancorada na ocupação mais intensa do capital fixo ocioso e da mão-de-obra já empregada. Nesse ponto, é importante sublinhar o papel exercido pelas adequações estruturais promovidas pelas empresas privadas nos últimos três anos, visando enfrentar a situação de instabilidade da demanda interna provocada pela recessão e/ou atender às exigências impostas pela maior exposição brasileira à concorrência externa. Essas transformações compreenderam reestruturações das formas de produção e controle, rearranjos administrativos, redução de gastos, racionalização das operações e enxugamentos organizacionais que ocasionaram acréscimos nos níveis de eficiência e produtividade, atestados pela elevação dos salários reais médios.

Porém, do ponto de vista dos investimentos, esse processo de readequação empresarial restringiu-se à reposição, manutenção e modernização de algumas linhas de produção, insuficientes para reduzir de forma acentuada os níveis de desemprego. O crescimento sustentado do emprego requer expansão econômica permanente a partir de novos investimentos em aumento da capacidade instalada, os quais só ocorrerão quando houver sinais inequívocos de ordenamento das con-

tas públicas e declínio consistente das taxas de inflação. Esse raciocínio é melhor qualificado pelos fatores explicativos da reação ocorrida na indústria de bens de capital, exógenos à dinâmica industrial — venda de máquinas e implementos agrícolas derivada da já referida conjuntura favorável à comercialização da safra e reflexos do aquecimento do mercado imobiliário sobre a construção civil e seus fornecedores industriais (minerais não metálicos e siderurgia) —, sem delinear um regresso articulado das inversões em ampliação da capacidade produtiva da economia.

Além, o declínio das taxas de investimento nos últimos anos — recuando da média de 23,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 70 para 17,6% na década de 80, chegando a níveis inferiores a 15% em 1992 —, explicado pela conjugação perversa entre escalada inflacionária, falência do Estado, elevação das taxas reais de juros, ausência de mecanismos de financiamento de longo prazo e cessação de fluxos financeiros externos, constitui parâmetro-síntese da situação de desequilíbrio macroeconômico estrutural que atinge o País. Essa distorção, materializada na insuficiência de infra-estrutura econômica e no crescente atraso tecnológico do parque industrial, representa sério entrave ao crescimento sustentado. Ou seja, para o País retomar o trilho da expansão é essencial a recuperação do investimento produtivo, cuja viabilização requer o encaminhamento da questão fiscal.

Diante do exposto, depreende-se que o espaço temporal de expansão econômica é de curto-prazo, limitado à saturação da capacidade instalada e sujeito à permanência da inflação em patamares razoavelmente previsíveis (em alta, porém sob controle, sem explosão de preços). Para esse cenário o panorama conjuntural é extremamente adverso, marcado pela aceleração inflacionária, conseqüência tanto de fa-

tores objetivos e previsíveis — pressão sazonal dos produtos agrícolas (motivada pela entressafra e alta dos preços dos grãos no mercado internacional devido à ameaça de quebra da safra americana por conta das enchentes no vale do Rio Mississippi), reajustes das tarifas públicas (principal fator de elevação dos custos da economia desde o início de 1993), impactos da cobrança do IPMF, entre outros — como, fundamentalmente, da deterioração das expectativas, decorrente não apenas dos obstáculos enfrentados pelo programa de estabilização mas também de sua incapacidade em produzir resultados imediatos no combate à inflação.

Mais precisamente, a estratégia econômica do governo Itamar permanece privilegiando a eliminação do desequilíbrio das contas públicas — mediante a rolagem das dívidas dos estados e municípios com a União, a separação das contas do Tesouro/Banco Central, o aperfeiçoamento e revitalização do programa de privatizações e, principalmente, a reforma constitucional com início previsto para outubro (que deve priorizar o ajuste fiscal) —, de modo a reverter essa situação desfavorável e resgatar a credibilidade da política econômica. Em outras palavras, o governo estaria tentando abrir espaço para a desindexação da economia ao demonstrar sua efetiva capacidade de encaminhar uma solução estrutural para o desequilíbrio fiscal.

Todavia, essa linha de ação vem esbarrando na reduzida margem de manobra do Executivo sobre dois elementos interdependentes que colocam em risco os êxitos graduais e específicos já alcançados. São eles a persistente elevação dos índices inflacionários (já superando a marca dos 35% ao mês) e a reconhecida incapacidade de as medidas implementadas alterarem rapidamente essa trajetória, e a crise política configurada na ampliação dos obstáculos à sustentação parlamentar

do governo em ano pré-eleitoral. Essa combinação de distorções deixa os agentes em permanente e compreensível estado de alerta e intensifica as pressões sociais e políticas por mudanças na condução da economia e pela adoção de providências radicais precedendo o encaminhamento da questão fiscal. Há, inclusive, um reconhecimento consensual, até mesmo por parte da equipe econômica, de que a estabilização só será atingida através de um choque ("pauçada" ou "aposta forte"). Nessas circunstâncias, restaria a definição do momento e a escolha dos instrumentos: política de rendas (prefixação ou congelamento), âncora nominal (monetária ou cambial), sistema bimonetário com previsão de horizonte temporal para o desaparecimento da moeda inflacionada etc.

Por tudo isso, os indicadores econômicos passam a emitir sinais de relativa acomodação no ritmo de recuperação produtiva, começando pela retração do comércio em junho, que rebate no comportamento da indústria preponderantemente a partir do mês de julho. Os resultados relativos à performance industrial do País elaborados mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelam desaceleração do movimento de expansão das vendas reais da Indústria de Transformação desde o mês de junho (tabela 2), apesar da estabilidade da utilização da capacidade instalada (76,4% em julho e 76,3% em junho), atingindo patamar bastante superior ao registrado em julho de 1992 (73,5%).

Quanto ao volume de produção, as estatísticas mensais do IBGE corroboram o amolecimento da atividade manufatureira em julho, após oito meses consecutivos de expansão, conformando um nível de produção menor, compatível com o panorama de incertezas em relação aos rumos da política econômica (tabela 3).

TABELA 2 - COMPORTAMENTO DAS VENDAS REAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS - 1993

ESTADOS	ÍNDICE DE BASE FIXA (base 1992=100)			VARIÇÃO PERCENTUAL		
	MAIO 93	JUN 93	JUL 93	JUL 93/ JUN 93	JUL 93/ JUL 92	JAN-JUL 93/ JAN-JUL 92
Brasil	108,27	106,12	106,90	0,73	(0,43)	13,59
São Paulo	110,31	108,91	110,29	1,27	2,05	19,68
Rio de Janeiro	114,11	97,71	98,48	0,78	(5,96)	8,28
Minas Gerais	107,59	102,95	102,50	(0,44)	(4,54)	12,06
Paraná	103,72	112,91	111,12	(1,58)	2,58	10,34
Santa Catarina	108,22	111,87	108,26	(3,23)	1,65	11,66
Rio G. do Sul	108,96	107,19	104,72	(2,30)	(3,84)	6,30

FONTE: Indicadores Industriais - CNI

TABELA 3 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL - 1993

CLASSE	TAXA MENSAL (%)			TAXA ACUMULADA (%)		
	MAIO	JUN	JUL	JAN-MAIO	JAN-JUN	JAN-JUL
Geral	15,90	9,92	9,01	10,21	10,16	9,97
Extrafva Mineral	0,15	0,03	0,16	(2,20)	(1,84)	(1,54)
Transformação	16,84	10,45	9,48	10,99	10,89	10,66

FONTE: IBGE

NOTA: Base de comparação - igual período do ano anterior.

O mês de julho também foi marcado pelo desaquecimento das atividades industriais no Estado de São Paulo, especialmente quanto ao faturamento e salários reais médios (tabela 4), explicado pela agudização das expectativas de descontrole inflacionário. Estimativas preliminares denotam intensificação dessa tendência em agosto, reproduzida na redução de 2,1% do indicador do Nível de Atividade (INA) em relação a julho e que persistiu em setembro devido ao adiamento das encomendas do comércio para o final do ano, provocado pela nova elevação dos juros reais.

No entanto, alguns fatores do lado real da economia apontam a possibilidade de manutenção da reativação (ainda que moderada) nos próximos meses, com destaque para a elevação da massa de salários associada à maior estabilidade no emprego e à adoção de critérios de reajustes próximos dos índices inflacionários por parte do setor privado; para os impactos expansionistas do comércio exterior; e, por último,

para as repercussões do incremento da renda agrícola nos mercados industriais, devido ao elevado grau de capitalização setorial propiciado pelos ganhos da presente safra, potenciado pelo crescimento do volume de crédito anunciado pelo Banco do Brasil para o custeio do próximo ano agrícola (US\$ 5,6 bilhões contra US\$ 2,9 bilhões do ano anterior).

TABELA 4 - INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE DA INDÚSTRIA PAULISTA - 1993

VARIÁVEIS	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (EM %)		
	JAN-MAIO	JAN-JUN	JAN-JUL
Horas pagas	(4,2)	(3,7)	(3,5)
Horas trabalhadas na produção	(2,1)	(1,6)	(1,4)
Salários reais totais	10,9	10,8	10,2
Salários reais médios	17,9	17,2	16,1
Total de vendas reais	14,1	13,2	11,4
Grau de utilização da capacidade instalada	73,6	74,1	74,5
Indicador do nível de atividades	15,9	15,7	14,4

FONTE: FIESP

NOTA: Sobre igual período do ano anterior.

Nesse panorama, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) projeta expansão de 4,7% para a economia brasileira em 1993, taxa superada em passado recente apenas em 1986, quando o Plano Cruzado ensejou crescimento de 7,6%. É oportuno recordar que o incremento previsto deriva do aumento da taxa de ocupação da capacidade instalada induzida pela ampliação da demanda e declínio dos juros reais, do prosseguimento da performance positiva do setor externo e, acima de tudo, da base de comparação deprimida representada pelo ano de 1992, quando o PIB atingiu patamar equivalente ao de 1990 — ano da recessão promovida pelo governo Collor.

Nos primeiros sete meses de 1993 a economia paranaense responde de forma ampliada ao movimento de recuperação observado em nível nacional, em razão dos impactos positivos da colheita, comercialização e industrialização (parcial) da maior safra de verão da história do Estado (especialmente de soja e milho - tabela 5), multiplicados pela conjuntura de preços favoráveis da soja no mercado internacional (motivada pela quebra de safra americana e reduzidos estoques internacionais) e pelo baixo grau de endividamento dos produtores rurais. Essa combinação de aspectos favoráveis assegurou expansão da renda da agricultura e de toda a cadeia produtiva do complexo soja, evidenciada pelo aumento dos negócios envolvendo máquinas, implementos e insumos agrícolas.

O incremento da produção de milho decorreu da expansão da área plantada em face das reduzidas cotações da soja no segundo semestre de 1992 e da introdução de novas tecnologias de plantio, elevando sensivelmente a produtividade, a ponto de neutralizar, ao menos quanto ao plantio da próxima safra, a concorrência determinada pelos melhores preços da soja, dado

que os agricultores que operam com tecnologia adequada colhem 2,3 t/ha (toneladas por hectare) de soja contra 6,0 t/ha de milho. Acrescente-se o substancial crescimento das safrinhas (plantio realizado logo após a colheita de verão) de soja e milho que, no ano de 1993, resultará em volume próximo a 1 milhão de toneladas.

TABELA 5 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO PARANÁ, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - 1993

PRODUTO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Algodão	(51,89)
Amendoim	1,80
Aroz	7,29
Feijão	(0,79)
Mamona	(31,98)
Milho	7,57
Soja	41,12
Café	(7,41)
Trigo	(39,06)
Alho	15,89
Batata Inglesa	(8,58)
Cebola	8,20
Tomate	15,34
Cana de açúcar	4,87
Fumo	25,68
Mandioca	43,52
Rami	10,77
Casulos	15,95
Batata doce	0,08
Banana	(1,58)
Laranja	(6,68)
Tangerina	0,01
Uva	(2,63)
Extrativa vegetal	(0,43)
Silvicultura	(0,34)
Aves	7,76
Bovinos	8,94
Suínos	0,01
Lã	(14,80)
Leite	(2,01)

FONTE: SEAB/DERAL, IBGE, IPARDES

Não obstante, algumas lavouras exibiram comportamento negativo, destacando-se o algodão (51,89%) e o feijão (0,79%), consequência da redução do plantio associada aos preços desfavoráveis. Particularmente quanto ao algodão — cultura predominantemente de pequenos e médios produto-

res e geradora de empregos —, a drástica redução de área de produção (704 mil ha na safra 1991/92, para 380 mil ha em 1992/93) pode ser atribuída à absoluta ausência de estímulos ao produtor e ao favorecimento às importações, cuja alíquota não foi regulamentada no Plano Agrícola anunciado recentemente.

Os efeitos multiplicadores da ampliação da renda agregada pelo Setor Rural ficam mais nítidos através do exame da evolução real do faturamento da indústria, particularmente na Região Sudoeste do Estado (tabela 6).

Em contraposição ao balanço favorável da safra de verão e seus reflexos positivos sobre a agroindústria e comércio, as rigorosas geadas ocorridas no Estado do Paraná, em julho e agosto, ocasionaram perdas em todas as culturas de inverno ou suscetíveis ao frio, sobretudo de trigo (39,06%) e café (7,41%), e prejudicaram sensivelmente as pastagens do Norte e Oeste do Estado.

Com respeito ao trigo (principal cultura), a área plantada na presente safra foi de 920 mil ha, com previsão inicial de produção próxima a 1,7 milhão de toneladas, contra respectivamente 1220 mil ha e 1,6 milhão de toneladas do ano anterior. Com a geada comprometendo o desenvolvimento das plantas e, em consequência, a produtividade da lavoura, a estimativa caiu para cerca de 1 milhão/t, com maior intensidade de quebra nas Regiões Oeste (63%), que representou 51% do plantio, e Norte (27%). É também preocupante

a possibilidade de descapitalização de significativa parcela de produtores não cobertos pelo Proagro e a ocorrência de maiores perdas devido ao abandono dos tratos culturais, favorecendo o surgimento de doenças e queda no pH.

Além disso, a acumulação excessiva de estoques por parte dos moinhos, facilitada pelo declínio das taxas de importação, pode deteriorar as condições de comercialização. Nesse ponto, vale recordar que as lavouras de trigo vêm sendo afetadas ao longo dos últimos anos pela política de importações subsidiadas.

Em relação ao café, as previsões anteriores à geada apontavam safra idêntica à do ano anterior, confirmando o quadro de estagnação da cultura, derivada da queda livre dos preços desde a suspensão do Acordo Internacional do Café em 1989 (regulador de quantidade ofertada e preços) e as fracassadas tentativas de reavivá-lo. É preciso esclarecer que há uma forte propensão à recuperação das cotações do produto no mercado internacional, com a criação da Associação dos Países Produtores de Café (APPC) — especialmente da América Latina e África —, traduzida na unificação e coordenação das ações unilaterais de retenção das exportações para promover escassez artificial de oferta — começando com 20% até que o preço médio do produto suplante 75 centavos de dólar por libra peso —, esperada para o mês de outubro próximo.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO REAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE SEGUNDO AS PRINCIPAIS REGIÕES - 1993

REGIÕES	TAXA MENSAL (%)			TAXA ACUMULADA (%)		
	MAIO	JUN	JUL	JAN-MAIO	JAN-JUN	JAN-JUL
Leste	4,32	5,20	8,11	5,99	5,85	6,19
Norte	(7,00)	7,53	(17,99)	8,16	8,06	3,64
Sudoeste	36,41	62,36	18,59	44,22	47,59	42,57
Total	5,29	10,22	2,57	9,77	9,85	8,70

FONTE: FEP

Entretanto, a frustração com a safra de inverno deve ser compensada pelo ambiente de aquecimento econômico atrelado aos preços estimulantes ao plantio da safra de verão 1993/94 (especialmente soja e milho) — decorrentes das expectativas de quebra da produção americana — e às transações oriundas da renda gerada pela venda antecipada de soja. A propósito disso, estima-se que aproximadamente 20% da nova safra de soja brasileira a ser plantada em outubro e colhida em maio de 1994 já foi comercializada no mercado futuro da Bolsa de Chicago, devido à subida das cotações após as enchentes nos Estados Unidos. Essas operações devem se tornar rotineiras, dado que os agricultores e empresas privadas já podem negociar diretamente com corretores em Bolsas no exterior, sem depender de intermediações do Banco Central. No tocante à soja, vale sublinhar também a influência atísta exercida pelos baixos estoques internacionais e pela forte demanda (sobretudo da Europa).

Chama atenção também o excepcional crescimento ocorrido nas atividades de construção civil e seus fornecedores industriais (extração de minerais, minerais não-metálicos, metalurgia e madeira), determinado de um lado pela reativação do mercado imobiliário (consequência da migração de

recursos do mercado financeiro em direção a ativos reais diante da volatilidade das expectativas de inflação) e, de outro, pela base de comparação comprimida no ano anterior, reflexo da contração econômica nacional e do encerramento das obras da Hidrelétrica de Segredo. Ao final de 1992 esse sub-setor atingiu patamar de produção equivalente ao de 1990, ano da recessão provocada e prolongada deliberadamente pelo governo Collor.

Em resumo, a expansão econômica paranaense em 1993 esteve condicionada, fundamentalmente, à grande movimentação produtiva ligada à safra de verão no primeiro semestre; às perdas provocadas pelas geadas nas culturas de inverno (preponderantemente trigo); e à ativação dos mercados motivada pelas condições gerais favoráveis ao plantio de soja e milho a partir de outubro e pelo aumento dos negócios futuros com soja. Esse último aspecto deve compensar, regionalmente, as repercussões da desaceleração econômica nacional. Tanto é assim que projeções do IPARDES indicam incremento de 5,44% do PIB estadual no corrente ano, desempenho bastante inferior ao do primeiro semestre, mas ainda assim expressivo quando confrontado com os resultados dos três anos precedentes.

RESULTADOS ESTATÍSTICOS DAS ECONOMIAS PARANAENSE E BRASILEIRA

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO E PIB TOTAL E PER CAPITA DO PARANÁ E BRASIL - 1980-1992

ANO	% PIB PR/BR	PRODUTO INTERNO BRUTO			
		Total (US\$ bilhões correntes)		Per Capita (US\$ correntes)	
		Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
1980	6,69	228,519	15,288	1926,43	2003,93
1985	6,51	310,876	20,238	2381,33	2533,23
1990	6,02	403,415	24,286	2607,92	2903,29
1991	5,96	423,239	25,225	2890,01	2988,04
1992 ⁽¹⁾	5,98	431,248	25,789	2888,81	3026,88

FONTE: BANCO CENTRAL, IPARDES

(1) Dados estimados pelo IPARDES.

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL, SEGUNDO SUBSETORES E GÊNEROS, NO PARANÁ - JAN-JUL 1993

SUBSETOR/GÊNERO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)
Extrativa e de Transformação	8,68
Extração de Minerais	34,12
Minerais Não-Metálicos	5,37
Metalurgia	22,10
Mecânica	(1,88)
Material Elétrico e de Comunicações	4,27
Material de Transporte	25,13
Madeira	20,41
Mobilário	16,07
Papel e Papelão	6,24
Borracha	15,72
Couro e Peles	8,90
Química	9,19
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	16,33
Perfumaria Sabões e Velas	21,20
Produtos de Matérias Plásticas	(4,28)
Têxtil	(28,62)
Vestuário Calçados e Artefatos de Tecidos	26,13
Produtos Alimentares	5,61
Bebidas	(5,46)
Fumo	(4,43)
Editorial e Gráfica	7,60
Diversas	37,09
Construção Civil	30,70
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7,80
TOTAL	14,27

FONTE: IPARDES

NOTA: Base de comparação - mesmo período do ano anterior.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Secretário

FERDINANDO SCHAUBURG - Diretor-Geral

IPARDES

MARIANO DE MATOS MACEDO - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Diretor Administrativo-Financeiro

ELVINA MARIA SOARES CHAVES - Diretora do Centro de Pesquisa

EMÍLIO CARLOS BOSCHILIA - Diretor do Centro Estadual de Estatística

IVALDO MARCOS PAVANATO - Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA

Gilmar Mendes Lourenço (economista) - coordenador

Gilson Volaco (economista)

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

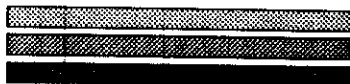
Maria Cristina Ferreira (editoração)

Estelita Carneiro Leão (revisão)

Stella Maris Gazziero de Araujo (projeto gráfico - editoração eletrônica)

Edson Luis Rigoni (reprografia)

PARANÁ DESEMPENHO MACROECONÔMICO



IPARDES
MAIO/93

Este texto contempla algumas alterações nos resultados da evolução das economias brasileira e paranaense no ano de 1992, e previsões para 1993, em face da disponibilidade de um conjunto de informações revisto, atualizado e mais completo, especialmente para o setor industrial. Chama-se atenção para o fato de que apesar dos dados quantitativos ora divulgados diferirem das estimativas preliminares elaboradas em fins de 1992 - com base em informações observadas até os meses de agosto e outubro -, as hipóteses explicativas então levantadas - aprofundamento recessivo até o terceiro trimestre do ano e recuperação sazonal a partir do mês de outubro, preponderantemente nos setores industrial e comercial - permanecem presentes.

Ainda assim, os indicadores construídos para o Paraná representam estimativas preliminares que deverão ser novamente revisadas quando da disponibilidade das séries de Valor Adicionado da Secretaria da Fazenda (SEFA) - submetidas presentemente a um processo de adequações conceituais e de classificação, fruto de um trabalho conjunto com o IPARDES que, no limite, possibilitará uma melhor utilização do potencial estatístico das Declarações Fisco Contábeis (DFCs) levantadas pela SEFA. A metodologia utilizada no cálculo da evolução da economia paranaense (disponível no IPARDES) segue as recomendações do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, adaptadas às especificidades regionais.

A economia brasileira observou taxa de crescimento negativa de 0,93% em 1992 (tabela 1), em que pese o desempenho favorável das exportações, agrí-

cultura e vendas de fim de ano, evidenciando o quadro de desequilíbrio macroeconômico, marcado pela conjugação entre inflação alta e ascendente e recessão produtiva. Ou seja, as três vertentes expansivas foram insuficientes para neutralizar a influência negativa do Collorgate e da intensificação do programa de austeridade monetária, juros altos e contenção fiscal sobre os níveis de produção, particularmente das atividades industriais e comerciais mais articuladas ao mercado interno.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ E BRASIL - 1992-1993

SETOR DE ATIVIDADE	1992		1993(1)	
	PARANÁ	BRASIL	PARANÁ	BRASIL
Agropecuária	0,79	5,96	4,65	-
Indústria	0,94	(4,06)	-	-
Comércio	3,31	(3,15)	-	-
TOTAL	1,74	(0,93)	4,07	1,70-2,00

FONTE: IBGE, IPARDES, IPEA

(1) Previsão

- = o dado não existe.

Encerrada a crise política e passada a reação estacional do quarto trimestre, a trajetória de recuperação prossegue liderada pelo comportamento positivo das vendas externas (associado ao realismo cambial), pela recomposição dos estoques comerciais esgotados com as vendas natalinas, pelo início da colheita e comercialização da safra agrícola e pela recuperação do consumo interno - atrelada ao relativo abrandamento do achatamento salarial, à diminuição dos juros e ao movimento de antecipação de compras (por conta das incertezas quanto ao

conteúdo do novo programa econômico e, particularmente, dos temores de extinção dos FAFs).

Tal performance, ao estimular o crescimento da produção e emprego industrial, vendas no atacado e faturamento real do comércio varejista, contribuiu para o crescimento real de 33% da arrecadação do governo federal no primeiro quadrimestre de 1993 (em relação a igual período do ano anterior) e ensejou apressadas interpretações de que a economia estaria ingressando num novo ciclo de crescimento. Algumas avaluações foram mais longe, argumentando que se a inflação subiu em meio à brutal recessão provocada pelo governo Collor, uma nova etapa expansiva sustentaria a reversão na curva de escalada do nível geral de preços. Logo, guardadas algumas diferenças tópicas, repetiu-se o discurso de ocorrência de uma reversão cíclica, disseminado no final do governo Sarney e no segundo trimestre de 1991.

É interessante assinalar que, a despeito dos anseios generalizados pela retomada do crescimento com estabilidade de preços, a expansão econômica de longo prazo requer significativa ampliação dos níveis de investimentos produtivos, o que, por seu turno, exige a estabilização macroeconômica (inclusive das taxas de inflação). Nessas condições, é fácil perceber que os sinais de recuperação registrados pela economia brasileira desde o quarto trimestre de 1992 originaram-se da combinação de fatores de natureza meramente transitória que podem desaparecer de forma tão rápida e surpreendente como surgiram, na ausência de reformas estruturais capazes de promover declínio permanente das taxas de inflação e estimular novas inversões.

Em outras palavras, trata-se de um ensaio de recuperação, cujo fôlego será limitado pela cessação dos elementos sazonais (sobretudo efeito-safra), pelo esgotamento das margens de capacidade ociosa da economia, e por uma nova deterioração da situação conjuntural e/ou pelo desencadeamento de um surto hiperinflacionário - neutralizado temporaria-

mente pelo elevado nível de reservas internacionais em poder do Banco Central.

Ademais, alguns segmentos comerciais acusaram diminuição dos pedidos do comércio durante o mês de abril, situação que deve ser neutralizada em maio e junho, em virtude, respectivamente, do movimento de compras para o dia das mães e da influência do novo reajuste do salário-mínimo. De qualquer forma, essa reativação comercial pode apresentar repercussões inflacionárias, na medida em que a maioria dos segmentos industriais operam com estoques reduzidos.

Em resumo, do ponto de vista macroeconômico, o aquecimento das atividades produtivas deriva da reação do consumo interno e do prosseguimento do desempenho favorável das vendas externas, não devendo portanto ser confundido com crescimento efetivo dos patamares de produção e investimento. Até porque, os atuais fatores que impulsionam o consumo - expectativas de escalada inflacionária e receio de intervenções nos ativos financeiros - servem para agravar as distorções conjunturais, minando as bases de apoio da recuperação. Adicionalmente, a reativação econômica não repercutiu na mesma proporção no nível de emprego, devido à busca de ganhos crescentes de produtividade por parte das empresas que, reestruturadas, preferem investir em máquinas e equipamentos, pessoal especializado e terceirização. No entanto, vale mencionar que a referida reestruturação empresarial retrata mais ajustes de custos, concentrados na redução de pessoal e eliminação de algumas linhas de produção, do que maiores inversões em melhoria da eficiência produtiva, fenômeno que se confirma no pronunciado declínio da taxa global de investimento (14% em 1992, segundo o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) - elemento determinante do potencial de expansão econômica.

Nesse contexto, o plano anunciado recentemente pelo governo Itamar reproduz um conjunto de intenções para dar maior impulso à súbita recuperação em

curso - sem constituir uma estratégia consistente e abrangente de estabilização -, reunindo os principais projetos em execução em alguns Ministérios. É uma tentativa de conciliar aceleração das privatizações e controle dos gastos públicos com estímulos setoriais de forte potencial produtivo (construção civil e agricultura), capazes de gerar receitas para a redução gradual dos serviços das dívidas interna e externa.

As maiores restrições residem na incompatibilidade entre os programas priorizados e os recursos disponíveis para atendê-los, numa conjuntura de austeridade e diante das dificuldades políticas de negociação de cortes de gastos, especialmente com estados e municípios. Foram demasiadamente genéricas as declarações oficiais sobre as metas de elevar a receita via combate à sonegação e Instituição do IPMF e financiar os programas através do redirecionamento dos recursos (dotações do orçamento fiscal e linhas de crédito existentes) para áreas prioritárias que respondem mais rapidamente em termos de produção e emprego.

Mesmo assim, parece evidente que o programa procurou implicitamente provocar uma espécie de "choque de credibilidade" junto aos agentes econômicos que possa habilitar o governo federal a articular, de fato, a estabilização. Concentrando-se no corte de gastos, nos estímulos a setores estratégicos em termos de emprego e renda e na aceleração das privatizações, o governo tentará garantir, sem traumas, algum equilíbrio conjuntural, impedindo a explosão das taxas mensais de inflação e reduzindo gradualmente seus níveis até a revisão constitucional, a partir de outubro.

Nesse ponto, a definição de algumas reformas estruturais poderá contribuir para o rompimento da inércia inflacionária, a elevação dos patamares de investimento em ampliação quantitativa e qualitativa da capacidade produtiva da economia e a recolocação do País na rota do crescimento auto-sustentado.

Em síntese, o Plano Itamar busca, basicamente, reverter as expectativas desfavoráveis e resgatar a credibilidade da política econômica, priorizando a reativação produtiva seletiva e o controle da inflação sem choques. De imediato, contabilizaram-se reações internas favoráveis, consequência do alívio pelo que não foi decidido e anunciado (tabelamento dos juros, confisco monetário, congelamento de preços, prefixação de tarifas e câmbio etc.), seguidas por inquietações associadas às declarações oficiais contraditórias quanto à sua atuação no mercado financeiro. No front externo predominaram posições cautelosas (principalmente do FMI), decorrentes da surpresa com a dimensão dos cortes de despesas públicas previstos para 1993 sem qualquer especificação setorial, e da falta de credibilidade do Brasil depois de vários planos econômicos fracassados. Na continuidade, a regulamentação e implementação do plano foram praticamente paralisados, devido ao desgaste provocado pelo controvertido episódio de financiamento de uma operação de exportação de serviços ao Peru, hoje cancelada, envolvendo o Ministério da Fazenda.

Assim, a Indicação de Fernando Henrique para a Fazenda encerra esse período de crise e indefinição, abrindo espaço para o restabelecimento da confiança nas instituições fiscais e monetárias. Todavia, se a linha de ação do programa não for adequadamente transmitida aos mercados, o País corre o risco de experimentar desempenho econômico semelhante ao final do governo Sarney. O lançamento do plano aclona a máquina pública, mas as precipitações do presidente - manifestando-se equivocadamente sobre questões econômicas (especificamente quanto à taxa de juros) - mantêm presentes os perigos de escolha de soluções mágicas para denubar a inflação.

Diante do exposto, depreende-se que a dimensão da atual reativação não configura uma inversão da situação recessiva global e que a tendência da atividade produtiva a curto prazo depende da reação dos agentes à orientação da

política econômica, especialmente quanto ao equilíbrio fiscal. A reforma mais duradoura do crescimento exige a adoção de medidas estruturais necessárias à recuperação da dinâmica econômica, com ênfase para a renegociação da dívida externa em bases menos desfavoráveis, a reforma do Estado, a atualização tecnológica do parque industrial, a abertura comercial, o controle permanente da inflação e a expansão do mercado interno mediante a recomposição do poder de compra dos salários e a restauração da capacidade de gasto e investimento do setor público (notadamente em infra-estrutura econômica e social).

Sem essas mudanças de base, qualquer recuperação caracterizará um novo repique de expansão, sancionado por fatores tipicamente conjunturais, como aquecimento da demanda e utilização da capacidade ociosa. Tanto que, projeções elaboradas pelo IPEA indicam expansão entre 1,7% e 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1993.

Em 1992, o PIB paranaense experimentou crescimento de 1,74%. Como se nota, as repercussões da instabilidade macroeconômica que o País atravessa foram menos acentuadas no Estado, em razão do comportamento positivo das safras de milho (e seus desdobramentos agroindustriais e comerciais) e feijão, e da recuperação ocorrida nas Indústrias de Metalurgia, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte, Madeira e Papel e Papelão (tabela 2), sobretudo no último trimestre do ano. Acrescentando-se o aquecimento constatado na Construção Civil, também no final do ano, mas incapaz de repor as perdas acumuladas ao longo de 1992.

No começo de 1993, a economia paranaense acompanha, de forma ampliada, a tendência de reativação produtiva esboçada a nível de Brasil, devido aos efeitos multiplicadores do maior volume de lavouras de soja (42,23% - tabela 3) e milho (6,51%) - não obstante a redução da área plantada -, explicado pelo clima propício verificado nas fases de desenvolvimento das culturas.

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL, SEGUNDO SUBSETORES E GÊNEROS, NO PARANÁ - 1992

SUBSETOR/GÊNERO	TAXA	Em %
Extrativa e de Transformação		4,08
Extração de Minerais		136,70
Minerais não Metálicos		(2,82)
Metalurgia		27,39
Mecânica		(29,04)
Material Elétrico e de Comunicações		6,86
Material de Transporte		14,26
Madeira		3,71
Mobiliário		1,24
Papel e Papelão		3,26
Borracha		(7,31)
Couro e Peles		(0,56)
Química		(2,17)
Produtos Farmacêuticos e Veterinários		3,24
Perfumaria, Sabões e Velas		(7,30)
Produtos de Matérias Plásticas		(4,31)
Têxtil		(15,08)
Vestuário, Calçados e Artefatos		9,14
Produtos Alimentares		5,08
Bebidas		(16,61)
Fumo		0,42
Editorial e Gráfica		11,10
Diversas		67,55
Construção Civil		(8,29)
Serviços Industriais de Utilidade Pública		4,60
TOTAL		0,94

FONTE: IPARDES

Na realidade, o Paraná está colhendo a maior safra de verão de sua história (entre 13,5 e 14,6 milhões de toneladas) e, desta feita, a linha de preços assumirá sentido semelhante ao das quantidades, graças à elevação das cotações da soja no mercado internacional (cerca de 10% superiores à média dos últimos anos), motivada pela quebra de safra americana. Tal fato, somado às condições de reduzido grau de endividamento dos produtores - propiciado pelo sistema de troca implantado pelas cooperativas -, deve garantir ampliação do nível de renda da agricultura e de toda a cadeia produtiva do complexo soja, o que pode ser comprovado pela ativação do mercado de máquinas, implementos e insumos agrícolas.

TABELA 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - 1992-1993

PRODUTO	Em %	
	1992	1993
Algodão	(5,01)	(45,52)
Alho	(5,48)	1,37
Amendoim	1,27	(58,08)
Aroz	32,67	(19,43)
Batata-doce	2,35	(1,15)
Batata-inglesa	4,54	(4,90)
Cana-de-açúcar	9,26	8,61
Cebola	26,84	14,93
Feijão	32,39	(2,03)
Fumo	48,94	24,60
Mamona	(62,77)	(23,81)
Mandioca	(7,15)	38,10
Milho	52,68	6,51
Rami	(18,74)	15,38
Soja	(3,23)	42,23
Tomate	(6,53)	16,47
Trigo	(7,55)	4,56
Banana	2,34	(1,15)
Café	(46,51)	(12,04)
Laranja	2,35	(2,34)
Tangerina	2,35	0,99
Uva	(0,23)	0,99
Extração Vegetal e Silvicultura	1,16	-
Aves (galinhas)	3,45	2,27
Bovinos	(20,01)	6,39
Suínos	13,26	(0,12)
Lã	8,70	(3,00)
Leite	0,43	1,28
Casulos	6,67	(1,56)
Cera	4,08	(5,88)
Mel	1,61	0,98
Ovos	2,01	0,99

FONTE: SEAB/DERAL, IBGE, IPARDES
- = não existe previsão.

e a produção de café recuará 12,04%. A atual safra de café será a menor desde 1970, conseqüência da continuidade do processo de erradicação da cultura, acentuado com a crise nas negociações do Acordo Internacional do Café em 1989, sem qualquer perspectiva de retorno do regime de fixação de cotas para recuperação dos preços. A avilatação generalizada é de que a sobrevivência da cafeicultura requer elevação dos patamares de produtividade para cerca de 15 sacas beneficiadas por hectare, o que implica modernização e diversificação das propriedades, principalmente na região Noroeste do Estado, onde a média não atinge 6 sacas por hectare.

No caso do trigo, trata-se de modesta recuperação da produção física em relação à péssima safra do ano anterior - prejudicada pela ocorrência de geadas, proliferação de pragas e excesso de chuvas durante a colheita -, pois a área plantada diminuiu 23,2%, inclusa-se o reflexo da competição imposta pelas importações, principalmente da Argentina, liberadas no início de 1991.

A retomada dos patamares de produção no Estado pode ser também atestada pelo crescimento real do faturamento do parque industrial nos primeiros três meses do ano (5,88%, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná-FIEP), que não se reproduziu em termos de absorção de mão-de-obra (queda de 6,54%), potenciando o comportamento verificado a nível nacional - modernização e reestruturação industrial em direção a uma maior eficiência e competitividade. Nessas circunstâncias, previsões preliminares do IPARDES apontam crescimento de 4,07% da economia paranaense em 1993, influenciado decisivamente pelos fortes impactos dinâmicos da ampliação da renda agregada pelo setor rural (4,65%).

A evolução da produção de milho pode ser atribuída ao incremento da área plantada decorrente das reduzidas cotações da soja no segundo semestre de 1992 e da introdução de novas tecnologias de plantio. Entre as performances negativas destacam-se as do algodão (45,52%) e feijão (2,03%), derivadas da diminuição da área de plantio numa conjuntura de preços desfavoráveis.

Quanto às culturas de inverno, o trigo deve observar variação positiva de 4,56%

RESULTADOS ESTATÍSTICOS DO PIB NACIONAL E ESTADUAL - 1980 - 92

TABELA 1 - VALORES TOTAL E PER CAPITA DO PIB, POPULAÇÃO RESIDENTE E DEFLATOR IMPLÍCITO, NO PARANÁ - 1980-91

ANO	VALOR TOTAL DO PIB				POPUL. RESIDENTE (1.000 hab.)	VALOR PER CAPITA DO PIB				DEFLATOR IMPLÍCITO	
	Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real			Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real		Base 1980=100	Var. Anual (%)
	Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980=100	Var. Anual (%)		Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980=100	Var. Anual (%)		
1980	833	833	100,0	22,9	7.629	0,11	0,109	100,0	21,7	100	79
1981	1.644	886	106,4	6,4	7.700	0,21	0,115	105,5	5,5	186	86
1982	3.090	802	96,3	(9,5)	7.771	0,40	0,103	94,5	(10,4)	385	107
1983	7.464	820	98,5	2,2	7.843	0,95	0,105	96,3	1,9	910	136
1984	24.472	812	97,5	(1,0)	7.916	3,09	0,103	94,5	(1,9)	3.014	231
1985	90.323	910	112,8	15,8	7.989	11,31	0,118	108,3	14,6	9.609	219
1986	217.912	940	113,9	0,9	8.063	27,03	0,118	108,3	0,0	22.962	139
1987	740.574	1.159	139,1	22,2	8.137	91,01	0,142	130,3	20,3	63.898	178
1988	5.803.787	1.129	135,5	(2,6)	8.212	706,70	0,137	125,7	(3,5)	514.064	705
1989	80.299.305	1.183	142,0	4,8	8.288	9.688,06	0,143	131,2	4,4	6.787.769	1.220
1990	1.970.834.893	1.105	132,7	(6,6)	8.365	235.601,00	0,132	121,1	(7,7)	178.356.100	2.528
1991	9.837.031.157	1.133	136,0	2,5	8.442	1.165.178,92	0,134	122,9	1,5	868.228.700	387

FONTE: IPARDES

NOTA: Acompanhando procedimento adotado pelo IBGE na montagem do Sistema de Contas Nacionais, a população residente nos anos intercenitários foi estimada por interpolação geométrica.

TABELA 2 - VALORES TOTAL E PER CAPITA DO PIB, POPULAÇÃO RESIDENTE E DEFLATOR IMPLÍCITO, NO BRASIL - 1980-91

ANO	VALOR TOTAL DO PIB				POPUL. RESIDENTE (1.000 hab.)	VALOR PER CAPITA DO PIB				DEFLATOR IMPLÍCITO	
	Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real			Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real		Base 1980=100	Var. Anual (%)
	Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980=100	Var. Anual (%)		Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980=100	Var. Anual (%)		
1980	12.450	12.450	100,0	9,2	118.623	0,105	0,105	100,0	6,8	100	90
1981	24.408	11.895	95,5	(4,5)	120.918	0,202	0,098	93,7	(6,3)	205	105
1982	49.676	11.959	96,1	0,5	123.256	0,403	0,097	92,4	(1,4)	415	102
1983	114.010	11.546	92,7	(3,5)	125.640	0,907	0,092	87,6	(5,3)	987	138
1984	369.149	12.153	97,6	5,3	128.070	2,882	0,095	90,4	3,3	3.037	208
1985	1.386.535	13.117	105,4	7,9	130.547	10,621	0,100	95,7	5,9	10.571	248
1986	3.673.071	14.114	113,4	7,6	133.072	27,602	0,106	101,1	5,6	26.025	146
1987	11.573.648	14.621	117,4	3,6	135.646	85,322	0,108	102,7	1,6	79.156	204
1988	86.551.111	14.606	117,3	(0,1)	138.270	625,957	0,106	100,6	(2,0)	592.585	649
1989	1.271.755.529	15.085	121,2	3,3	140.944	9.023,126	0,107	102,0	1,3	8.434.870	1.323
1990	32.730.993.700	14.423	115,8	(4,4)	143.670	227.820,656	0,100	95,7	(6,2)	226.940.493	2.592
1991	164.990.697.900	14.559	116,9	0,9	146.449	1.126.608,566	0,099	94,7	(1,0)	1.133.251.474	399

FONTE: IBGE - Departamento de Contas Nacionais

NOTA: População estimada para 1º de julho (estimativa já incluindo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991).

TABELA 3 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1979-80 - 1980-92

Em %

ANO	INDÚSTRIA					COMÉRCIO	PIB
	AGROPECUÁRIA	Ind. Extr. Mineral e de Transformação	Construção Civil	Serv. Indust. de Utilidade Pública	Total		
1979-80	19,1	35,3	(16,6)	7,9	23,3	26,3	22,9
1980-81	11,7	3,6	4,8	6,8	4,0	4,7	6,4
1981-82	(8,3)	(14,3)	(1,5)	7,8	(10,7)	(8,8)	(9,5)
1982-83	6,7	3,8	(17,9)	6,3	(0,3)	2,0	2,2
1983-84	(2,4)	(1,6)	(11,3)	11,2	(2,0)	1,4	(1,0)
1984-85	25,4	10,4	17,3	14,8	11,5	12,1	15,8
1985-86	(16,3)	4,0	25,2	2,7	6,5	8,3	0,9
1986-87	53,3	14,9	1,2	7,9	11,3	9,9	22,2
1987-88	(9,7)	0,7	3,2	7,8	1,8	(2,1)	(2,6)
1988-89	1,5	7,2	(2,6)	3,9	4,8	6,6	4,8
1989-90	(9,7)	(5,8)	(4,8)	3,2	(4,8)	(6,7)	(6,6)
1990-91	3,4	0,5	9,0	4,7	3,0	1,2	2,5
1991-92	0,8	4,1	(8,3)	4,6	0,9	3,3	1,7

FONTE: IPARDES

TABELA 4 - ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1980-92

ANO	INDÚSTRIA					COMÉRCIO	PIB
	AGROPECUÁRIA	Ind. Extr. Mineral e de Transformação	Construção Civil	Serv. Indust. de Utilidade Pública	Total		
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	111,7	103,6	104,8	106,8	104,0	104,7	106,4
1982	102,4	88,8	103,2	115,1	92,9	95,5	96,3
1983	109,3	92,2	84,7	122,4	92,6	97,4	98,4
1984	106,7	90,7	75,1	136,1	90,7	98,8	97,4
1985	133,8	100,1	88,1	156,2	101,1	110,8	112,8
1986	112,0	104,1	110,3	160,4	107,7	120,0	113,9
1987	171,7	119,6	111,6	173,1	119,9	131,9	139,1
1988	155,0	120,4	115,2	186,6	122,1	129,1	135,5
1989	157,3	129,1	112,2	193,9	128,0	137,6	142,0
1990	142,0	121,6	106,8	200,1	121,9	128,4	132,7
1991	146,8	122,2	116,4	209,5	125,6	129,9	136,0
1992	148,0	127,2	106,7	219,1	126,7	134,2	138,3

FONTE: IPARDES

NOTA: Base 1980 = 100.

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO E PIB
TOTAL E PER CAPITA DO PARANÁ E BRASIL - 1980-1991

ANO	% PIB PR/BR	PRODUTO INTERNO BRUTO			
		Total em US\$ bilhões Correntes		Per capita em US\$ Correntes	
		Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
1980	6,69	228.519	15.288	1926,43	2003,93
1985	6,51	310.876	20.238	2381,33	2533,23
1990	6,02	403.415	24.286	2607,92	2903,29
1991	5,96	423.239	25.225	2890,01	2988,04

FONTE: BANCO CENTRAL, IPARDES

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Secretário

FERDINANDO SCHAUBURG - Diretor - Geral

IPARDES

MARIANO DE MATOS MACEDO - Diretor - Presidente

NEI CELSO FATUCH - Diretor Administrativo - Financeiro

ELVINA MARIA SOARES CHAVES - Diretora do Centro de Pesquisa

EMÍLIO CARLOS BOSCHILIA - Diretor do Centro Estadual de Estatística

EVALDO MARCOS PAVANATO - Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Gilmar Mendes Lourenço (economista)

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Estelita Carneiro Leão (editoração e revisão),

Stella Maris Gazziero de Araujo (projeto gráfico), Sonia de Fátima S. Ramalho (edição)

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Rua Marechal Hermes, 999 - Centro Cívico - 80530-914 - Curitiba - PR - Fone: (041) 254-8311 FAX (041) 253-7357

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES